

As florestas viram negócio

Comércio de madeiras tropicais gira US\$ 10 bilhões e o País detém apenas 4%

Nivaldo T. Manzano
de Manaus

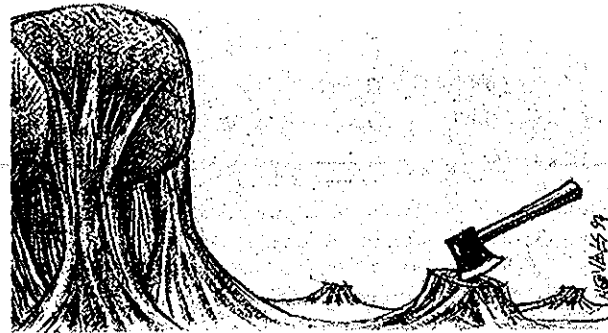
Numa iniciativa inédita, o governo está concedendo à iniciativa privada o direito de explorar economicamente as florestas nativas. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) publica hoje edital de licitação para a exploração pela iniciativa privada da Floresta Nacional do Tapajós, uma área de floresta tropical nativa de 685 mil hectares, localizada no Pará. Em seguida, oferecerá também à iniciativa privada a exploração das Florestas Nacionais do Jamari e do Bom Futuro, em Rondônia, respectivamente de 250 mil hectares e 280 mil hectares.

O comércio mundial de madeiras tropicais movimenta anualmente US\$ 10

bilhões, e o Brasil detém hoje apenas 4% deste total. Com a iniciativa, a oferta de madeira tropical brasileira será ampliada em 45 mil metros cúbicos no primeiro ano, à

base de 45 metros cúbicos de produção por hectare, e valor médio total estimado de US\$ 12 milhões.

O primeiro lote objeto da licitação é de mil hectares de um total de 5 mil, a respeito dos quais o Ibama detém informação de árvore por árvore, depois de ter concluído seu recenseamento com o apoio financeiro da Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO),



que destinou US\$ 1,2 milhão para esse fim.

Para o governo, o início da exploração sob manejo sustentável das florestas nacionais da região Norte marca o lançamento da nova política nacional de exploração dos recursos florestais nativos.

No período de 1970 a 1985, o governo brasileiro destinou US\$ 700 milhões, sob a forma de renúncia fiscal e créditos

subsidiados, a 950 projetos. Sua cobertura florestal foi submetida ao corte raso e à destruição por queimadas, num total de 8,4 milhões de hectares.

Em 1987, foram desmatados e queimados 34 mil quilômetros quadrados de floresta na Amazônia.

É justamente para pôr fim ao descabro e valorizar um recurso natural renovável estimado, para a região amazônica brasileira, entre US\$ 225 bilhões e US\$ 315 bilhões, que o Ibama dá o pontapé inicial. A produção de madeira em tona da Amazônia é de 60 milhões de metros cúbicos

por ano. Assumindo-se um volume médio comercializável de 45 metros cúbicos por hectare em áreas manejadas, haveria necessidade de manejar uma área de 1,3 milhão de hectares por ano para realizar a atual produção.

Ao que tudo indica, a hora é mais que oportuna para um país detentor de um terço das reservas florestais tropicais do mundo. Além disso, caso seja coroada de êxito a ação diplomática do Brasil junto aos demais países amazônicos, toda a região passará a deter, na virada do século, a liderança mundial na produção de madeira tropical. A chegada de madeiras da Malásia fez soar o alarme, que levou o governo de Fernando Henrique a apressar a definição para o setor. (Pág. C-6)

31/7/97 C1226

Pela primeira vez, o governo concede à iniciativa privada o direito de explorar economicamente as florestas. O comércio mundial de madeiras tropicais movimentava anualmente US\$ 10 bilhões e o País detém apenas 4% desse total

Ibama autoriza a exploração de florestas

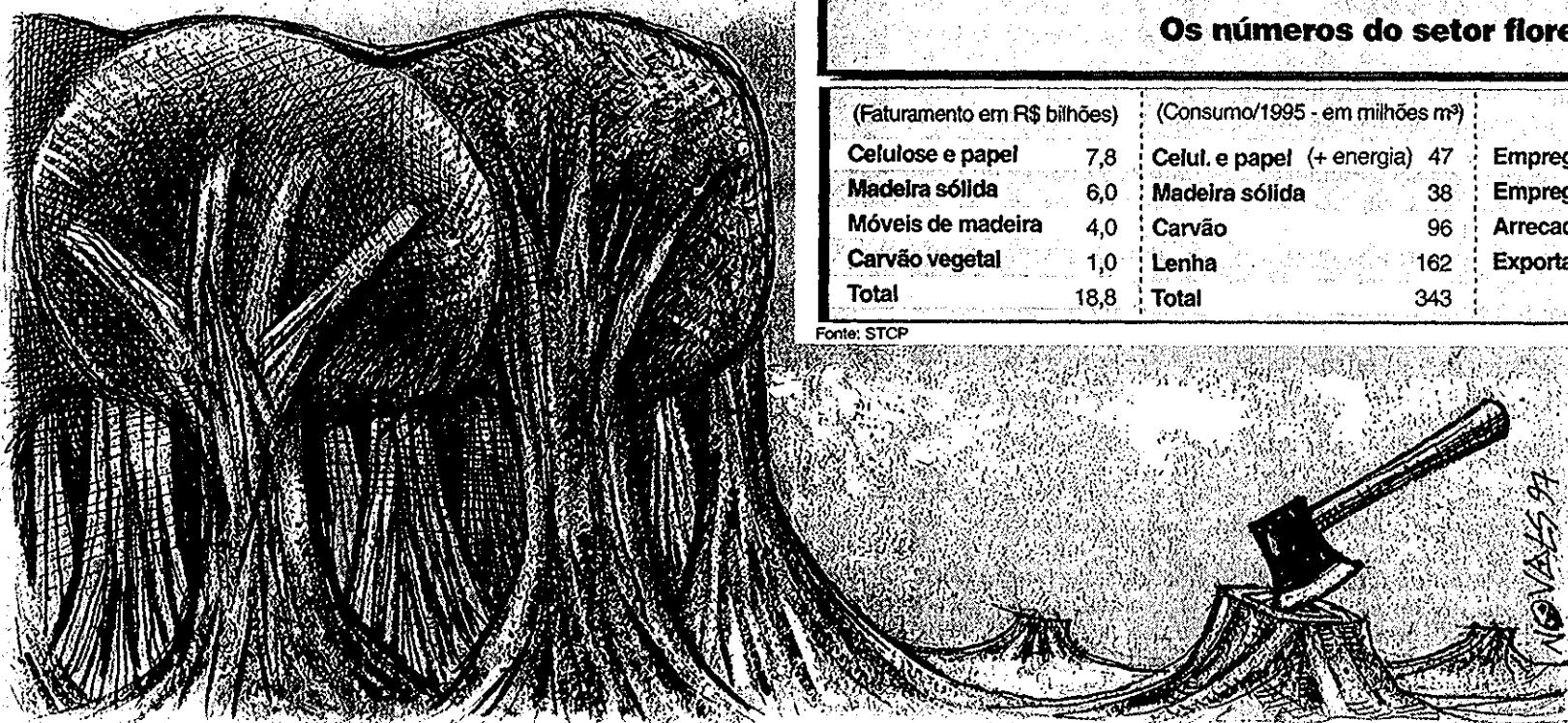
Nivaldo T. Manzano de Manaus

Uma iniciativa inédita, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) publica hoje edital de licitação para a exploração pela iniciativa privada da Floresta Nacional do Tapajós, uma área de floresta tropical nativa de 685 mil hectares, localizada no Pará. Em seguida, oferecerá também à iniciativa privada a exploração das Florestas Nacionais do Jari e do Bom Futuro, em Rondônia, respectivamente de 250 mil hectares e 280 mil hectares.

Em 1998 será a vez da Floresta Nacional de Tefé, de 1.020 mil hectares – a primeira do Amazonas, estado que, segundo informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), conserva ainda intocada a quase totalidade de seus recursos florestais. Em que pese o esforço devastador dos últimos cinco séculos, oficialmente consentido e estimulado, o Amazonas, que compreende a maior parte dos 280 milhões de hectares da floresta tropical úmida da Amazônia, perdeu até agora apenas 1,24% de sua cobertura florestal, em comparação aos 11% destruídos em toda a região norte, correspondentes a mais de 30 milhões de hectares.

O primeiro lote objeto da licitação é de mil hectares de um total de 5 mil, a despeito dos quais o Ibama detém informação de árvore por árvore, depois de ter concluído seu recenseamento com o apoio financeiro da Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO), que destinou US\$ 1,2 milhão para esse fim.

A iniciativa vai tornar possível elevar a oferta de madeira tropical brasileira em 45 mil metros cúbicos no primeiro ano, à base de 45 metros cúbicos de produção por hectare, e valor médio total estimado de US\$ 12 milhões. Para uma oferta anual de madeira sólida de R\$ 6,0 bilhões, a empreitada tem, portanto, dimensão quase que apenas simbólica, ao promover um rompimento radical com o passado e confirmar, pela pri-



Os números do setor florestal					
(Faturamento em R\$ bilhões)		(Consumo/1995 - em milhões m³)			
Celulose e papel	7,8	Celul. e papel (+ energia)	47	Empregos diretos	900 mil
Madeira sólida	6,0	Madeira sólida	36	Empregos indiretos	2 milhões
Móveis de madeira	4,0	Carvão	98	Arrecad. anual de impostos	R\$ 3,5 bilhões
Carvão vegetal	1,0	Lenha	162	Exportação em 1995	R\$ 4,1 bilhões
Total	18,8	Total	343		

Fonte: STCP

meira vez na história, a vocação florestal do Brasil sob desenvolvimento sustentável.

Para o governo do presidente Fernando Henrique e para o Ibama, o início da exploração sob manejo sustentável das florestas nacionais da região norte marca o lançamento da nova política nacional de exploração dos recursos florestais nativos, a mais conseguinte e consistente de todas as que o País já teve, se é que alguma delas tenha sido merecedora do nome.

No período de 1970 a 1985, o governo brasileiro destinou US\$ 700 milhões, sob a forma de renúncia fiscal e créditos subsidiados, a 950 projetos, sendo 631 de pecuária na área da Sudam, com o tamanho médio das fazendas em torno de 24 mil hectares. Sua cobertura florestal foi submetida ao corte raso e à destruição por queimadas, num total de 8,4 milhões de hectares. A maior parte desses projetos, aprovados sob a justificativa da segurança nacional, não passou de "fantasmas", segundo

constatarem a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Banco Mundial, em seu estudo "Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region" (1989). E ainda em 1987, de acordo com levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, foram desmatados e queimados 34 mil quilômetros quadrados de floresta na Amazônia.

Desde então, o ímpeto devastador sob patrocínio oficial perdeu fôlego, principalmente depois que os postes de iluminação pública de Washington, nos Estados Unidos, passaram a exibir cartazes com os dizeres "não coma carne brasileira produzida com as cinzas da floresta", e do clamor público levantado pela Eco-92, que enfatizou a importância dos serviços ambientais prestados pela floresta e de sua biodiversidade, ao mesmo tempo que estimulou compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável.

É justamente para pôr fim ao descalabro e valorizar um recurso natural renovável estimado, para a região amazônica brasileira, entre US\$ 225 bilhões e 315 bilhões, pelo economista Ronaldo Bonfim, que o Ibama dá o pontapé inicial. Informações do Ibama indicam que a produção de madeira em toda a Amazônia é de 60 milhões de metros cúbicos por ano. Assumindo-se um volume médio comercializável de 45 metros cúbicos por hectare em áreas manejadas, haveria necessidade de manejar uma área de 1,3 milhão de hectares por ano para realizar a atual produção.

"Considerando-se um ciclo de corte de trinta anos para as florestas tropicais em regime de manejo sustentável, seria preciso reservar, ao longo de trinta anos, 40 milhões de hectares

para a produção madeireira na região, em regime de produção permanente", observa Paulo Benincá de Salles, diretor de recursos naturais renováveis do Ibama. "Isso corresponde a uma área superior a três estados do Acre destinada à produção, ou cerca de 8% de toda a Amazônia, ou a toda a área de florestas tropicais manejada no mundo no início dos anos 80". Atualmente, o Brasil detém apenas 4% do comércio mundial de madeiras tropicais, que movimentam US\$ 10 bilhões.

Ao que tudo indica, a hora é mais que oportuna. Nos últimos cinco anos, o volume produzido pela indústria madeireira na Amazônia mais que dobrou, e no último triênio apresentou crescimento anual médio de 29%, segundo informa Benincá de Salles. Mas a pressão crescente sobre o recurso florestal tropical vinha ocorrendo na ausência de uma política nacional integrada para a Amazônia Legal e ante a indefinição de um modelo de gestão ambiental.

É nesse vácuo que floresceu a exploração clandestina, responsável tanto pela predação dos recursos quanto pelo desabamento dos preços no mercado. Segundo estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), 80% da madeira são extraídas da Amazônia de forma ilegal e predatória, com uma taxa de desperdício de 60% a 70%. E nos últimos quarenta anos, o consumo declarado aumentou catorze vezes, enquanto os preços caíram por um divisor de quatro no período.

Como resultado da anarquia, a indústria madeireira do Amazonas, com exceção de apenas algumas empresas, encontra-se em estado falimentar, de acordo com o economista Raimar da

Silva Aguiar, diretor-técnico da Federação das Indústrias do Amazonas. E outras, como a Mil Madeireira, de Itacoatiara (AM), que opera de acordo com um sofisticado modelo de manejo sustentável e exporta sob certificação, vêem sua competitividade comprometida, em razão da concorrência desleal exercida pela pilhagem.

Nessa situação, a chegada de madeiras da Malásia, comprando na bacia das almas o que resta da indústria nacional, como a Madeireira Amalac, adquirida por US\$ 7 milhões pela malaia WTK e de outras – atualmente sob investigação da SAE, da Polícia Federal, da Receita Federal, do Ibama e uma CPI na Câmara

A iniciativa elevará a oferta de madeira em 45 mil metros cúbicos no primeiro ano

– fez soar o alarme, que levou o governo a apressar a definição.

Aos preços atuais das terras da Amazônia, no fundo do poço depois da estabilidade do real e do aumento

acentuado das alíquotas do ITR, tornou-se grande o risco de as reservas florestais tropicais caírem em mãos de especuladores, ameaçando retirar do governo a capacidade de controlar os estoques estratégicos, que servem para regular a oferta, acompanhando a evolução da demanda. Era hora, para um país detentor de um terço das reservas florestais tropicais do mundo. E caso seja coroada de êxito a ação do Brasil junto aos demais países amazônicos, orientada para o consenso na definição de uma política madeireira para toda a região, que detém três quartos das reservas florestais tropicais do mundo em uma área de 506 milhões de hectares de cobertura florestal, a região passará a deter, na viração do século, a liderança mundial na produção de madeira tropical.

Objetivo é controlar estoques de madeira

M al explicada inicialmente, a decisão do governo federal de dar início à exploração de suas florestas nacionais nativas da região Norte – unidades florestais de domínio público destinadas, entre outras finalidades, à geração de produtos e subprodutos madeireiros e à regulação dos mercados, mediante o controle de estoques estratégicos, de acordo com o Decreto nº 1.298/94 –, despertou na opinião pública três tipos de crítica.

A primeira acusava o governo de estar criando uma Maderbrás; a segunda, de estar privatizando as florestas nacionais; a terceira, de estar pondo abaixo o que resta da floresta tropical úmida no mundo, para fechar as contas do balanço de pagamentos.

"Não se trata de nada disso", explica Eduardo Martins, presidente do Ibama. "O Brasil, governo e setor privado, precisa reorientar a base de produção florestal na Amazônia, no sentido da sustentabilidade, do controle dos estoques de matéria-prima e da soberania nacional. As florestas nacionais em poder da União, dos estados e dos municípios, atualmente subutilizadas, prestam-se a isso, ao mesmo tempo que permitem esvaziar a exploração ilegal em extensas áreas devolutas. Colocando-as em produção, será possível à sociedade saber de onde a madeira sai e em que condições", acrescenta.

A idéia não é nova. Nos Estados Unidos, por exemplo, o sistema público responsável por esse serviço, emprega 30 mil pessoas e detém 40 milhões de hectares, contra apenas 12,6 milhões no Brasil. A experiência internacional mostra que, dessa forma, é mais fácil controlar o processo, já que o domínio público das reservas florestais facilita o acesso e o controle sobre a exploração, entregue à iniciativa privada sob licitação.

A concentração da exploração, em áreas específicas destinadas a esse fim, favorece também o planejamento, a adoção de tecnologias modernas, o uso mais intensivo dos recursos, a racionalização das vias

de acesso e de escoamento, o controle da ocupação das áreas sob exploração e a fiscalização.

"Já o modelo florestal de grandes empresas consumidoras de matéria-prima florestal é concentrador de terras, pois necessitam formar e manter grandes latifúndios florestais", afirma Paulo Benincá de Salles. "Mais recentemente, o Estado vem trabalhando junto ao segmento florestal privado, para gerarem, juntos, alternativas de suprimentos menos concentradoras e com benefícios das atividades florestais socialmente mais bem distribuídos."

É com esse objetivo em vista que o Ibama pretende aumentar para 40 milhões de hectares a área das Florestas Nacionais – extensão suficiente para atender, de forma sustentada, a demanda, manejando 1,3 milhão de hectares/ano, considerando-se um ciclo de corte de 30 anos. "Assim, o Brasil estaria sinalizando ao mercado mundial que o País está cuidando de suas reservas e, em consequência, será um supridor bem organizado de matéria-prima", afirma Martins.

Segundo técnicos do Ibama, a exploração ordenada das florestas nacionais permitiria ainda eliminar pela raiz as atividades madeireiras ilegais, responsáveis atualmente por 80% da produção, ao limitar a essas áreas a exploração florestal comercial no País. Para o sistema produzir efeito, no entanto, adverte Martins, o governo precisa controlar mais de 50% das áreas exploráveis de madeira da Amazônia nos chamados raios econômicos, envolvendo terras da União, dos Estados e Municípios.

Quanto à exploração, por licitação, Martins observa que é preciso implantar mecanismos de acesso que evitem distorções, como a exclusividade do controle das florestas por uma mesma empresa. Nesse sentido, é valiosa a experiência de países madeireiros tradicionais, como Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos, onde os prazos de exploração variam de 20 a 40 anos. (N.T.M.)



Eduardo Martins

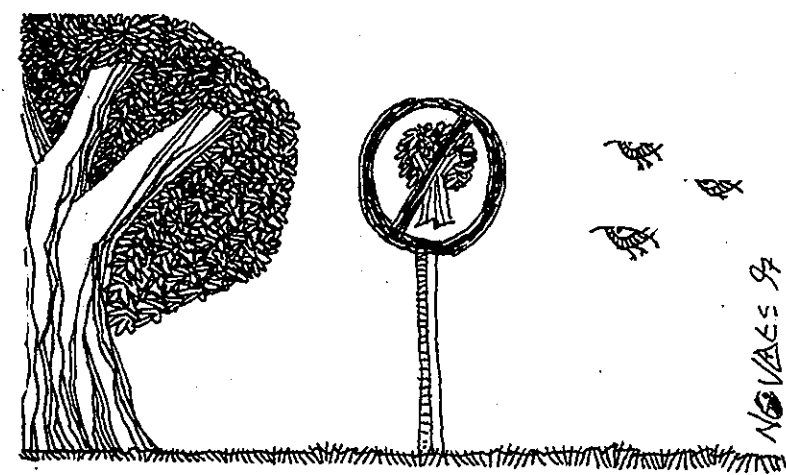
Ambientalistas mostram riscos

Segundo o Inpa, a exploração poderá trazer prejuízos, como a redução da biodiversidade

A exploração de parte da floresta tropical, mesmo sob manejo ambiental, é vista com desconfiança por ambientalistas que apontam riscos de danos irreversíveis sobre uma área cuja cobertura florestal é responsável por pelo menos 50% do suprimento das águas da bacia amazônica, mediante o mecanismo de evapotranspiração (liberação pelas folhas de vapor de água na atmosfera), sem falar nos prejuízos de redução da biodiversidade.

Um dos mais acerbos críticos é o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Philip M. Fearnside, que vê nos serviços ambientais prestados pela floresta um de seus "produtos" mais valiosos. Por serviços ambientais, Fearnside entende "a diversidade biológica e cultural da floresta, a manutenção do estoque de opções em potencial para uso, tais como material farmacológico e genético, e a manutenção de parâmetros climáticos globais, tais como os teores atmosféricos de gases provocadores do efeito estufa" e regionais, tais como a evapotranspiração alimentadora do ciclo hidrológico; serviços pelos quais se deveria, na sua opinião, cobrar valores monetários e repassá-los aos que efetivamente mantêm a floresta em pé.

A descrença quanto à sustentabilidade do manejo ambiental proposto, e também quanto à vantagem econômica da exploração no longo prazo, vem da experiência negativa registrada em outras partes do mundo, especialmente no sudeste asiático, onde os ecossistemas são muito menos complexos que os da Amazônia, induzindo a receios de desastres ainda maiores.



Assim, por exemplo, observa Fearnside, nas florestas asiáticas quase todas as espécies de árvores pertencem à mesma família botânica (Dipterocarpaceae), ao passo que na Amazônia as espécies são distribuídas entre muitas famílias. Além de serem mais fáceis de manejar em termos financeiros, as florestas asiáticas também o são em termos técnicos: uma vez que todas as árvores do sub-bosque são de espécies valiosas, o buraco aberto no dossel, com a remoção de uma árvore de valor, quase sempre vai ser preenchido por uma de igual valor sem nenhum esforço humano, enquanto na Amazônia o preenchimento do buraco seria feito, mais provavelmente, por uma árvore sem valor comercial, assim degradando o valor monetário da floresta explorada.

Acresce a isso o fato de não existir experiência prévia de manejo ambiental em floresta úmida tropical amazônica. O que se sabe, com cer-

teza, segundo pesquisas feitas pelo Inpa, é que os solos de terra firme, de baixa fertilidade, são altamente lixiviados e têm baixa saturação de bases. Para sobreviver nesse ambiente de reduzida fertilidade natural, a floresta desenvolveu mecanismos de conservação de nutrientes. Qualquer alteração no sistema de ciclagem de nutrientes tem efeito imediato na produção da floresta.

A forma como se deu a exploração florestal até agora é, em geral, altamente danosa ao meio ambiente, além de ser perniciosa, razão por que o Ibama acaba de suspender e cancelar 70% dos "planos de manejo" elaborados pelas madeireiras. A remoção de cada árvore leva à destruição de outras 12, tendo esse número chegado a 27 na região de Paragominas, no Pará.

A mais abrangente pesquisa sobre manejo florestal feita pelo Inpa, com financiamento da Overseas Development Administration, do Reino Uni-

do, removendo apenas 35 metros cúbicos de madeira por hectare, de acordo com o manejo tradicional utilizado na região, que emprega máquinas tipo Bulldozer D6, apresentou os seguintes resultados: 10% da área explorada foi danificada pela abertura de estradas; 30%, representados por clareiras e bordas, foram altamente perturbados; 60%, representados por ilhas de floresta e remanescentes, foram ligeiramente perturbados.

O estudo ainda não está concluído, mas os técnicos adiantam que a área compactada pelas máquinas está praticamente perdida para a produção florestal. O manejo conduzido pela Mil Madeireira, de Itacoatiara-AM, considerado exemplar, reduziu de 10% para 4% o dano provocado pelas máquinas. Quanto à regeneração da floresta, sabe-se que depende do tamanho da clareira aberta, fator que condiciona a intensidade e o alcance da "chuva de sementes".

Aos questionamentos de ambientalistas contrários à exploração sustentada da floresta, Benincá de Salles, diretor de recursos renováveis do Ibama, responde: "O manejo, controlado pelo Ibama e outras entidades e instituições; vai gerar impactos administráveis e aceitáveis, além de amenizar a depredação do entorno das florestas nacionais e de reduzir a pressão sobre as florestas remanescentes de um modo geral".

Uma curiosidade: a última novidade sobre a floresta é que ela estaria em expansão, contrariando, assim, o ponto de vista científico prevalente, de que a floresta deixa de crescer quando atinge seu clímax. (N.T.M.)